

**Estratégias locais de alimentação: a experiência de Montemor-o-Novo.** O propósito deste artigo é discutir o modo como a alimentação se tem vindo a tornar num pilar significativo na definição de estratégias de ação municipal e territorial, analisando um caso específico: a estratégia alimentar de Montemor-o-Novo. Para tal exercício, parte-se de pesquisa produzida sobre conselhos municipais de alimentação, destacando-se a importância que lhes é atribuída na planificação das políticas locais. O artigo centra-se, posteriormente, no município de Montemor-o-Novo e na análise do documento *Estratégia Alimentar para Montemor-o-Novo* (CMMN, 2019). Partindo de um enquadramento geral sobre o surgimento e a relevância dos conselhos municipais de alimentação, destaca-se a importância das dinâmicas locais na constituição do Conselho de Alimentação de Montemor-o-Novo e na definição de uma estratégia alimentar local, discutindo-se noções como *governança, local* e “*comer bem*”.

**PALAVRAS-CHAVE:** sistema alimentar; conselhos de alimentação; dieta mediterrânica; governança; local; Montemor-o-Novo.

**Local food strategies: the Montemor-o-Novo experience.** This article aims to discuss how food has become a critical component in defining local and territorial strategies, examining a specific case: the food strategy for Montemor-o-Novo. To achieve this, the article begins by focusing on previous research on food policy councils to highlight their importance in urban planning. Then, it centres on the municipality of Montemor-o-Novo, examining the document *Estratégia Alimentar para Montemor-o-Novo* (CMMN, 2019). Starting from a general framework on the emergence and relevance of food policy councils, the article emphasizes the importance of local dynamics in the establishment of the Montemor-o-Novo Food Council and in the definition of a local food strategy, discussing concepts such as *governance, local* and “*eating well*”.

**KEYWORDS:** Food system; Food councils; Mediterranean diet; Governance; Local; Montemor-o-Novo.

## Estratégias locais de alimentação: a experiência de Montemor-o-Novo

### INTRODUÇÃO

A planificação das cidades e das regiões em termos alimentares só recentemente tem vindo a merecer uma dedicada atenção. Diversos trabalhos de planeamento foram votados a questões como a habitação, a educação ou os transportes, mas, como fizeram notar Pothukuchi e Kaufman (2000), o sistema alimentar estava ausente desses trabalhos de planificação.<sup>1</sup> Por parte dos executivos municipais, só nos últimos anos o debate em torno da alimentação conquistou um indiscutível interesse. Se no passado as preocupações com a alimentação se cingiam sobretudo a questões de abastecimento e distribuição de produtos alimentares, vemos no exemplo de cidades como Toronto projetos que fizeram da alimentação um assunto fundamental da sua planificação e governança.<sup>2</sup> A criação nesta cidade de um conselho de alimentação (Food Policy Council), em 1990, atento a dimensões como a produção local, a saúde e a educação nutricional, é exemplo do que se afirma.

1 Este artigo foi apresentado no laboratório de publicação em antropologia, coordenado por Amanda Fernandes Guerreiro, Francesco Vacchiano e João Pina-Cabral, no ICS-ULisboa. Agradeço os comentários aí feitos. Agradeço igualmente a Cynthia Luderer, a Rosário Oliveira e aos revisores anónimos deste texto a leitura e as sugestões feitas. Este trabalho é apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia – DOI: 10.54499/DL57/2016/CP1441/CT0004.

2 Para uma análise sobre o Conselho de Alimentação da cidade de Toronto e sobre o modo como a planificação da alimentação pode contribuir para uma sociedade mais justa, ver o trabalho de Blay-Palmer (2009). Para a importância da cozinha comunitária na cidade de Toronto, enquanto lugar de encontro, aprendizagem e troca de experiências, como *food hub*, veja-se Fridman e Lenters (2013). Catherine Mah e Helen Thang (2013) sublinham também a possibilidade de promoção da saúde na cidade de Toronto através da planificação alimentar. O mapeamento de zonas de maior dificuldade de acesso a alimentos é visto como contribuindo para a identificação e enfrentamento de situações de insegurança alimentar. Para uma ampla análise sobre os conselhos de alimentação, relativa ao período entre 1999 e 2019, ver Schiff, Levkoe e Wilkinson (2022).

Também países como os EUA ou o Brasil têm sido pioneiros na criação de conselhos municipais de alimentação<sup>3</sup>. Nos EUA, o primeiro conselho deste tipo surgiu há já alguns anos, em 1982, em Knoxville, Tennessee (Schiff, Levkoe e Wilkinson, 2022, p. 1). No Brasil, a cidade de Belo Horizonte, a par do empenho nas questões da distribuição e acesso a alimentos bem como na planificação e gestão urbanas (Delgado, 2018), desenvolveu um significativo trabalho na criação de um conselho de alimentação escolar. Outras cidades, como São Paulo, Florianópolis e Belém, desenvolveram também este tipo de conselhos, sendo de destacar que o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) do Brasil foi suporte, num passado recente, para a criação de conselhos municipais de alimentação, promovendo, pelo menos do ponto de vista declarativo, alargados processos participativos.

Vemos, assim, que muito embora diversas cidades tenham já uma considerável experiência nesta área, em Portugal só agora estão a ser dados os primeiros passos no sentido da criação de estratégias locais de alimentação, não existindo ainda uma significativa reflexão teórica sobre estes processos. Uma das motivações que conduziram à realização deste trabalho prendeu-se, assim, com a ainda escassa literatura existente em Portugal dedicada às questões da gestão e governança da alimentação à escala local. Desta forma, dadas as experiências de outros países relativamente a instrumentos de planificação e governança da alimentação na cidade, pareceu-me relevante convocá-las no quadro de uma discussão que, no contexto português, não tem ainda a indispensável densidade.<sup>4</sup>

Em Portugal, tem vindo a manifestar-se, na verdade, uma vontade política de promover um maior enquadramento institucional para a discussão das questões alimentares, sendo disso exemplo a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Portugal (CONSANP).<sup>5</sup> Neste caso, trata-se de uma plataforma interministerial, presidida pelo primeiro-ministro, com vários representantes de diversas áreas governativas, que contempla a participação da sociedade civil, mas que não tem ainda uma atividade expressiva,

3 Uso a designação conselho municipal de alimentação por ser, na literatura em português sobre esta temática, o termo que mais se aproxima do Food Policy Council.

4 Uso o termo governança por razões que se prendem sobretudo com a persistência desta noção na produção académica sobre conselhos de alimentação. O termo acaba por traduzir uma forma de conceção e organização das questões alimentares que procura contemplar a participação democrática de diversos atores nos processos de decisão, nem sempre se detendo nas diferentes posições e relações de força existentes. O termo governança é por vezes identificado com políticas neoliberais (De Angelis, 2005).

5 A criação do CONSANP foi estabelecida na Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2018, de 26 de julho de 2018.

sendo a sua existência mais formal do que com tradução numa ação claramente visível. O CONSANP foi formado a partir da conhecida noção de segurança alimentar expressa na Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar, resultante da Cimeira Mundial da Alimentação promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1996.<sup>6</sup>

Sob o estímulo dado pela FAO-Portugal, para além da criação desse conselho, têm vindo a decorrer diversas reuniões dedicadas à produção e consumo locais de alimentos ou à importância da agricultura familiar. É, pois, num contexto em que novos dinamismos na produção e consumo locais estão a ser procurados que vemos nascer estratégias ligadas à formação de conselhos locais de alimentação, surgindo Montemor-o-Novo (Alentejo, Portugal) como município emblemático e pioneiro na organização de uma estratégia alimentar, sendo por isso este município merecedor do destaque que aqui lhe darei.

Procurarei, assim, mostrar como é que em Portugal, à semelhança do que ocorre noutros contextos, a alimentação se tem vindo a tornar num pilar significativo na definição de estratégias municipais, centrando-me para esse efeito na análise da proposta apresentada na *Estratégia Alimentar para Montemor-o-Novo* (CMMN, 2019)<sup>7</sup>. Esta estratégia será vista como precursora na implementação de conselhos locais de alimentação em Portugal. O facto de assentar na participação cidadã e na criação de um conselho local de alimentação, como forma de conceção e organização de processos relacionados com a produção, distribuição e consumos alimentares locais, constituirá o mote para uma discussão sobre os conselhos locais de alimentação como estruturas de debate e planeamento, e, ainda, para uma análise daquilo que é valorizado localmente do ponto de vista alimentar.

Para dar conta dessa discussão, darei atenção a pesquisas sobre conselhos alimentares locais. A opção pelo foco no Food Policy Council de Toronto prende-se, essencialmente, com o facto de Toronto contar há muitos anos com um conselho deste tipo e prende-se, ainda, com o facto de ser uma referência importante na literatura sobre o tema. É de salientar que a primeira reunião do Toronto Food Policy Council teve lugar em 1990 e que tinha havido

6 “Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã” (ONU, 1996).

7 Esta publicação, anteriormente disponível em <http://www.cmmontemornovo.pt/pt/siteparticipar/PublishingImages/Paginas/SMEACartadeCompromisso%2CRelat%C3%B3rio da Estrat%C3%A9gia/Relato%CC%81rio%20Final%20da%20Estrate%CC%81gia%20Alimentar.pdf> [consultado a 10-01-2020], deixou de estar online. Os mais recentes desenvolvimentos sobre a estratégia alimentar para Montemor-o-Novo são posteriores à escrita deste artigo. Para mais informação consultar <https://smea.cm-montemornovo.pt/>.

movimentações desde os anos 1960-70 no sentido da criação deste tipo de conselhos (Blay-Palmer, 2009, p. 403). É certo que as diferenças entre o município de Montemor-o-Novo e o de Toronto são muito significativas, desde logo no número de residentes, contando Montemor-o-Novo com 15 799 residentes enquanto Toronto atinge os 2 794 356 (Censos de 2021), mas não será o exercício comparativo entre os dois municípios o que interessará mais neste contexto. O que importa ter presente é o quanto o Conselho de Alimentação de Toronto, enquanto estrutura integrada no governo da cidade, pode inspirar outros conselhos de alimentação, servindo de referência como estrutura estabelecida.

Desta forma, presto atenção à experiência levada a cabo na cidade de Toronto, identificando o seu pioneirismo e carácter inovador, para depois me centrar na experiência de Montemor-o-Novo. Combinarei, dessa forma, um foco mais global e transversal com a consideração de uma aplicação local, de forma a analisar, por um lado, características dos conselhos de alimentação enquanto estruturas de governança e de organização a nível local das questões alimentares, atendendo a mecanismos de participação democrática, e por outro lado verificar os elementos basilares da narrativa através da qual é construída a estratégia alimentar para Montemor-o-Novo. Esses elementos (entre eles a tradição alimentar e a dieta mediterrânica) remetem para noções como a de cultura alimentar, convocando assim disciplinas como a antropologia. Será com ancoragem nesta disciplina que discutirei a dieta mediterrânica, o entendimento sobre o que significa “comer bem” ou a valorização da escala local. Prestarei ainda atenção, nesta análise, ao potencial que estes conselhos têm para acolherem entendimentos plurais sobre alimentação, ou seja, para incluírem a diversidade relativamente a orientações alimentares.

Para o desenvolvimento deste trabalho tenho presente, como referi, a experiência do conselho de alimentação de Toronto; recorro a registos pessoais resultantes da participação e observação em oficinas e encontros promovidos em 2018 pela FAO, em Portugal, para promover a produção local, a pequena agricultura ou o direito à alimentação bem como em encontros organizados pelo Colégio F3 (Food, Farming and Forestry) nesse período e, também, na sessão apresentada na Assembleia da República sobre a necessidade de legislação específica que consagre o direito à alimentação em Portugal.<sup>8</sup> Para analisar as possibilidades de criação de conselhos locais de alimentação no contexto português, centrar-me-ei, como foi referido, em Montemor-o-Novo e no documento *Estratégia Alimentar para Montemor-o-Novo* (CMMN, 2019). Examinarei, assim, um processo que foi objeto de ampla participação e que

8 O Colégio F3 acolhe membros de diversas faculdades e institutos da Universidade de Lisboa.

conduziu à apresentação de uma estratégia alimentar. O trabalho de terreno desenvolvido ao longo de vários anos sobre a macrobiótica em Portugal será também uma referência que terei presente para discutir questões relacionadas com a pluralidade alimentar (Calado, 2015).

### CONSELHOS LOCAIS DE ALIMENTAÇÃO

Antes de mais, importa esclarecer que muito embora nesta pesquisa se faça referência a conselhos municipais de alimentação, os conselhos locais de alimentação são aqui considerados como podendo existir em formatos que não implicam necessariamente uma organização municipal ou onde os munícipes se encontrem representados, podendo surgir como estruturas que são o resultado da vontade de participação de cidadãos que voluntariamente se agregam em torno de interesses e objetivos relacionados com a alimentação.

Quando olhamos para movimentos que se geram em torno da criação de conselhos municipais de alimentação, temos a impressão de ver ressurgir o desejo de renovação da vida em “comunidade”, sugerindo o fulgor e celebração da coletividade enquanto *locus* de autoridade para a tomada de decisões.<sup>9</sup> A alimentação, enquanto temática que a todos diz respeito, parece deter essas capacidades, as de congregar e mobilizar. É verdade, também, que este tema ativa tanto questões *identitárias*, remetendo para a integração em diversos coletivos, tal como é expressão de uma clara *subjetividade*, visto que a escolha pessoal dos alimentos e o modo como estes são associados e consumidos dependem profundamente de escolhas individuais e subjetivas. Ainda que os consumos alimentares se encontrem condicionados por questões contextuais, tanto culturais como relacionadas com a disponibilização de alimentos e o acesso aos mesmos, a dimensão de escolha não pode ser ignorada.

Nesse sentido, enquanto dimensão em torno da qual todos tendem a estabelecer uma inevitável relação, a alimentação surge como referência de relevo para diversos movimentos, ancorados sobretudo numa maior ligação ao território e à produção local e evidenciando um desejo de participação na condução de assuntos importantes como os relacionados com a alimentação. Estes movimentos são corporizados por indivíduos que evidenciam uma ativa cidadania, condição imprescindível para o funcionamento democrático de estruturas como os conselhos municipais de alimentação.

9 A perspetiva sobre “comunidade” a que aludo remete, evidentemente, para uma perspetiva idealizada sobre a vida em sociedade. Calhoun (1980) salientou, há muito, a dificuldade em utilizar este conceito como ferramenta analítica, dada a imprecisão e flutuação de que o conceito se revestiria, condição que poderia impedir exercícios de comparação.

Estes conselhos, na sua exaltação da coletividade e na promoção de uma relação harmoniosa com o ambiente, podem ser vistos como reportando a um vetusto projeto utópico: o de humanos conectados com o seu jardim, em simbiose com as suas hortas ou parcelas de terra para cultivo, elementos fundamentais para a existência humana e para a construção da cidade. A genealogia das utopias da idade moderna – de que Thomas Morus (1478-1535), Tommaso Campanella (1568-1639) e Francis Bacon (1561-1626) são alguns dos mais significativos representantes – remete-nos também para o jardim, elemento fundamental na construção da cidade utópica (Rodrigues, 2013). Espaço de encantamento e fruição, o jardim é também a indispensável fonte de abastecimento a partir da qual se constrói a pretendida coesão e harmonia social do lugar.

Ebenezer Howard (1850-1928), pré-urbanista inglês, perturbado com a falta de qualidade de vida da cidade industrial do seu tempo, imaginou, também ele, uma cidade reconciliada com a natureza, onde o jardim surge como condição de humanização e pacificação social. A sua única obra publicada em vida, *To-morrow: a Peaceful Path to Real Reform* (1898), reeditada em 1902 com o título *Garden-cities of To-morrow*, viria a transformar-se numa referência obrigatória nos estudos de planeamento urbano. As cidades-jardim, com os seus espaços de descompressão, onde a cidade enérgica e ativa se casava com a paisagem bucólica, seriam fonte de inspiração na planificação de cidades. Não apenas pela significativa influência que causava a ideia da associação do que de melhor a cidade e o campo poderiam proporcionar, mas também porque essas cidades prometiam autossuficiência e uma sociedade pacificada, cooperativa e solidária, afastada das condições lúgubres a que a londrina cidade industrial do tempo de Howard votava muitos dos seus habitantes.

Pothukuchi e Kaufman (2000), preocupados com a planificação da alimentação nas cidades, retomam justamente a proposta da cidade-jardim de Howard para evidenciar como muitos dos aspetos que caracterizam hoje os sistemas alimentares (produção, distribuição, preparação, consumo, reciclagem) haviam já sido pensados por esse autor e tiveram uma atenção que foi depois descuidada.<sup>10</sup> A disponibilização de terras de cultivo, a preparação

10 A noção emanada das Nações Unidas de sistema alimentar foi assim resumida: “Agriculture and food systems encompass the entire range of activities involved in the production, processing, marketing, retail, consumption, and disposal of goods that originate from agriculture, including food and non-food products, livestock, pastoralism, fisheries including aquaculture, and forestry; and the inputs needed and the outputs generated at each of these steps. Food systems also involve a wide range of stakeholders, people and institutions, as well as the socio-political, economic, technological and natural environment in which these activities take place” (Committee on World Food Security, 2014, p.4).

coletiva de refeições, as cozinhas comunitárias, os refeitórios e a reciclagem dos resíduos de alimentos para fertilizar os campos constituíam marcas dessa cidade idealizada. Evidenciava-se, assim, uma preocupação com a planificação da alimentação nas cidades que não foi constante ao longo da História, mas que teve em Howard uma importante referência.

Em artigo publicado no ano 2000, Pothukuchi e Kaufman (p. 115) referiam, precisamente, que no levantamento que haviam feito nos EUA das mais importantes revistas sobre planificação não tinham encontrado nenhuma referência a estudos que discutissem os sistemas alimentares das cidades<sup>11</sup>. Muito embora diversas cidades, como S. Francisco, apresentassem agências de planificação onde assuntos relacionados com a alimentação (como a localização de supermercados, hortas comunitárias ou prevenção de situações de fome) eram considerados, não existia uma planificação propriamente dita. Face a esta situação, procuraram identificar os motivos da falta de atenção para com a planificação da alimentação nas cidades, elencando um conjunto de fatores explicativos: o assunto era sobretudo perspetivado como questão social ou como problema relativo ao mundo rural, como reportando à esfera privada e do mercado, ou não era considerado por não existir financiamento específico para a análise dessas questões.

Constataram, assim, que existiam razões significativas, de ordem conceptual e teórica, para que os planificadores passassem a devotar uma maior atenção ao sistema alimentar. Notaram que questões como a produção, a distribuição e o consumo de alimentos eram parte significativa da economia por múltiplos motivos: muitos dos trabalhadores tinham empregos relacionados com a alimentação; os grupos domésticos despendiam uma parte significativa do seu orçamento com o consumo de alimentos; o lixo alimentar era uma parte significativa do lixo produzido nas cidades; as deslocações na cidade, para aquisição de alimentos, constituíam uma parte significativa das deslocações e uso de transportes, etc. Estes aspetos deviam, portanto, ser contemplados na planificação e exigiam uma articulação entre o sistema alimentar local e outros sistemas (Pothukuchi e Kaufman, 2000, pp. 118-119).

Também Kevin Morgan (2009) chama a atenção para a alimentação como objeto de planificação. Tendo em mente aquilo que designa como carácter multifuncional do sistema alimentar, considera que este tem múltiplas implicações noutros sistemas, obrigando à sua planificação. Questões como o preço dos alimentos, a segurança alimentar, os efeitos das alterações climáticas,

11 A primeira vez que a Associação Americana de Planeamento teve um painel numa reunião científica onde a planificação dos sistemas alimentares era tema foi em 1999 (Pothukuchi e Kaufman, 2000, p. 122).

os conflitos relacionados com a terra ou a rápida urbanização colocam a alimentação num plano da maior importância enquanto objeto de planificação. Autores como Pothukuchi e Kaufman (2000), Morgan (2009) ou Blay-Palmer (2009) salientam, assim, as possibilidades geradas a partir de uma adequada planificação. Neste contexto, a cozinha comunitária, concebida no âmbito da estratégia alimentar da cidade de Toronto, é apenas um exemplo de como uma alimentação saudável pode ser promovida através de tais mecanismos.

A *cozinha comunitária*, entendida como lugar disponibilizado aos cidadãos para estes se poderem encontrar regularmente e preparar conjuntamente as suas refeições (Fridman e Lenters, 2013, p. 548), tem, efetivamente, um alcance que não se limita à satisfação de necessidades alimentares. Estas cozinhas, financiadas parcialmente ou integralmente pelo governo local, coordenadas por pessoa especialmente contratada para o efeito, não fornecem refeições numa lógica assistencialista, sendo antes vistas como formas de promover a participação dos cidadãos e o seu envolvimento em questões alimentares por via da preparação conjunta de alimentos. Não são apenas lugares onde se preparam refeições, são também apresentadas como espaços de aprendizagem onde são dinamizadas atividades consideradas saudáveis e até lugares onde problemas, como o da solidão, podem ser atenuados. São centros recreativos de práticas alimentares, *food hubs* (Fridman e Lenters, 2013, p. 544), a partir dos quais a comunidade pode ser beneficiada em múltiplos aspetos, desde logo na resolução de problemas relacionados com a dificuldade de acesso a alimentos saudáveis e que poderiam traduzir-se em insegurança alimentar e nutricional.

Fruto de diversos processos sociais que ocorreram ou que se encontram em curso, diversas cidades têm vindo a definir estratégias alimentares que têm como referência a planificação de sistemas alimentares locais. Estas estratégias tendem a disseminar-se como correspondendo a boas ideias/práticas. Obedecem a um modelo conceptual que já tem vindo a ser experimentado com algum sucesso em várias cidades (Toronto, Birmingham, Filadélfia, etc.) e que revela potencial para ser adaptado e implementado noutras lugares. Acolhem-se também importantes preocupações dos cidadãos, desde as que se relacionam com as alterações climáticas às que se prendem com o desejo de uma alimentação mais saudável ou o interesse numa maior participação em processos políticos.

Processos sociais como os que conduziram ao *Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana* (2015), documento assinado por representantes de câmaras municipais/representantes do poder local de 209 cidades, contribuíram para esse maior empenhamento de autarcas e para um maior

compromisso com as questões da planificação e gestão da alimentação nas cidades.<sup>12</sup> Na entrada deste *Pacto* é desde logo destacado que as cidades são “centros de inovação económica, política e cultural”, afirmando-se o seu papel estratégico no “desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e na promoção de dietas saudáveis”, o que significa serem espaços “inclusivos, resilientes, seguros e marcados pela diversidade” e ainda “que providenciam alimentação economicamente acessível e saudável a todas as pessoas, numa abordagem assente nos direitos humanos” (*Milan Urban Food Policy Pact*, 2015, p. 1 ss.). Frisa-se também a necessidade de “repensar as formas de aprovisionamento de alimentos e água das Cidades” e reconhece-se a agricultura familiar e a produção alimentar de pequena escala como detendo um “papel essencial na alimentação das Cidades e dos seus territórios, ao ajudarem a manter os sistemas alimentares resilientes, equitativos e culturalmente apropriados”. Consideram os signatários do *Pacto* que as políticas alimentares “estão diretamente relacionadas com muitas outras políticas”, como as que dizem respeito a saúde, saneamento, ordenamento e uso dos solos, transporte e comércio, prevenção de catástrofes naturais, etc. E afirma-se, também, a urgência de políticas alimentares urbanas que partam de uma “abordagem integrada interdisciplinar e interinstitucional”. Este tipo de políticas é ainda considerado fundamental para enfrentar problemas como o das alterações climáticas e como forma de promover a gestão sustentável da biodiversidade.<sup>13</sup>

#### PLANIFICAR A ALIMENTAÇÃO EM PORTUGAL: A EXPERIÊNCIA DE MONTEMOR-O-NOVO

Muito embora em Portugal a necessidade de planificação dos sistemas alimentares seja uma preocupação recente, trabalhos como o de Rosário Oliveira e Maria João Morgado (2016) analisam já estas questões e apresentam a planificação como resposta necessária a problemas energéticos, ambientais, económicos ou relacionados com a segurança alimentar. As suas reflexões sobre a planificação do sistema alimentar na Área Metropolitana de Lisboa vão justamente no sentido de procurar respostas mais eficientes e que possam contribuir para a criação de um sistema alimentar urbano resiliente (Oliveira e Morgado, 2016, p. 17).

12 Ver o website do Milan Urban Food Policy Pact. Disponível em: <http://www.milanurbanfoodpolicy.org/> (consultado a 11-05-23).

13 *Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana* (2015). Disponível em: [http://www.milanurbanfoodpolicy.org/wp-content/uploads/2018/01/Milan-Urban-Food-Policy-Pact-and-Framework-for-ACTION\\_PORT.pdf](http://www.milanurbanfoodpolicy.org/wp-content/uploads/2018/01/Milan-Urban-Food-Policy-Pact-and-Framework-for-ACTION_PORT.pdf) (consultado a 11-05-2023).

As estratégias para atingir tal desiderato têm vindo a ser muito centradas na importância da *relocalização* dos sistemas alimentares, tanto nas suas dimensões de produção como de distribuição e consumo. Neste âmbito, as cadeias curtas de produção e distribuição surgem como uma forma de promover um desenvolvimento urbano mais sustentável, sendo a agricultura urbana referida como prática a promover, não apenas pela quantidade de alimentos produzidos, mas também pelas funções sociais e ambientais que lhe podem ser associadas.

Em Portugal, os conselhos locais de alimentação não são ainda uma realidade expressiva; contudo, o município de Montemor-o-Novo tem dado passos muito significativos nesse sentido. Situado na região do Alentejo Central, no distrito de Évora, o município de Montemor-o-Novo tem uma superfície de 1232,97 km<sup>2</sup> e, como foi referido, uma população de 15 799 habitantes (INE, 2022). Caracteriza-se por ter uma significativa paisagem agroflorestal onde predominam as pastagens e espécies arbóreas como sobreiros, azinheiras e oliveiras, havendo também terrenos agrícolas dedicados a culturas diversas como cereais, tomate, hortícolas, etc. A cortiça, a carne, o azeite e o vinho são alguns dos principais produtos da região.

Tal como muitos outros municípios de Portugal, Montemor-o-Novo tem vindo a envelhecer e a perder população. A maior parte da população do município trabalha no sector dos serviços, contudo, de acordo com informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (2021), dois terços da população ativa trabalhava, em 2011, na agricultura, sendo que muitos habitantes eram agricultores informais com pequenas hortas. Foi, assim, num contexto de forte relação com a produção agrícola que diversos atores da sociedade civil (produtores agrícolas, agricultores informais, comerciantes, ativistas em torno da alimentação e consumidores) foram mobilizados, no âmbito da Agenda Local 21, para a criação de uma estratégia local de alimentação.<sup>14</sup>

*A Estratégia Alimentar para Montemor-o-Novo* (CMMN, 2019), documento produzido no âmbito do projeto SMEA (Semear em Montemor-o-Novo), resultou de vários encontros ocorridos neste concelho que reuniram diversos atores locais e do empenho destes. Essa estratégia representa, na verdade, um grande

14 O processo da Agenda Local 21, tal como interpretado pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, é um processo participativo em que todos os cidadãos, associações, empresas ou outras entidades podem participar. “Visa definir e implementar um conjunto de ações que contribuam para um concelho mais sustentável, com maior qualidade de vida e solidariedade social, em colaboração com a comunidade”, ver <http://www.cm-montemornovo.pt/pt/site-participar/agenda21/Paginas/Agenda-21.aspx>, consultado a 15-01-2020.

esforço de organização de processos participados e partilhados, centrados na ideia do sistema alimentar local. As primeiras reuniões que permitiram a criação de um conselho de alimentação podem ser situadas nas atividades da Agenda Local 21, cujos trabalhos decorreram numa primeira fase entre 2010 e 2012.

É importante salientar, neste âmbito, que o processo da Agenda Local 21 foi promovido pelas Nações Unidas e subscrito por vários países (entre eles Portugal) durante a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (Cimeira da Terra), realizada no Rio de Janeiro em 1992. Podemos, assim, constatar que o esforço desenvolvido para envolver cidadãos de diferentes sectores em processos sociais locais, de forma a haver uma gestão participada e partilhada, não correspondeu inteiramente a demandas e a reivindicações das populações locais, ainda que estas tenham tomado as orientações dessa conferência como válidas, mas foi muito um processo colocado em marcha a partir de resoluções aprovadas no âmbito da referida Conferência das Nações Unidas.<sup>15</sup> É certo que, nestes processos, as relações entre diferentes instâncias são sempre dinâmicas, dependendo da distinta capacidade de influência dos atores em cena, bem como do estado de diversas forças, não podendo ser reduzidas à esfera estritamente local. Ainda que os *processos locais* adquiram particular relevo, articulam-se, como no caso da Agenda 21 Local, com programas mais gerais, nomeadamente os que são definidos no sistema das Nações Unidas.

Independentemente da discussão sobre se a emergência de processos como os que conduziram à estratégia alimentar de Montemor-o-Novo partiu mais de *atores locais* ou de uma agenda das Nações Unidas e de uma configuração histórica particular, importa dar conta de um processo que, como foi referido, tem sido pioneiro na promoção de uma governança participada em torno das questões alimentares. Foi no âmbito da referida Agenda Local 21 que, em 2013, foi apresentada a estratégia alimentar para o concelho. Esta estratégia conduzirá ao documento *Estratégia Alimentar para Montemor-o-Novo* (adiante *Estratégia Alimentar*) e à redação de uma *Carta de Compromisso* na qual são apresentados os seguintes propósitos:

Trabalhar para a afirmação e consolidação de um sistema alimentar local pautado pela integração positiva entre a produção, a transformação, a comercialização e o consumo que

15 Luís Mendes (2016) destacou o modo como a descentralização e o poder local, num modelo de governança neoliberal, transformaram a participação social num instrumento mais ilusório e instrumental do que real, quer dizer, que tivesse verdadeiramente um envolvimento genuíno de diferentes atores.

respeite a gestão sustentável dos recursos e as necessidades de segurança alimentar das pessoas e do território. [CMMN, 2019, pp. I-IV]

Para além destes propósitos, enumeram-se ainda objetivos que vão desde o incentivo a hábitos alimentares saudáveis, à realização do direito à alimentação, à valorização do conhecimento científico e empírico ou à partilha de experiências locais a nível europeu e mundial (CMMN, 2019).

Para a organização do processo que conduziu à *Estratégia Alimentar*, múltiplos atores assumiram um papel de relevo, desde logo, o grupo de trabalho que participou na Agenda Local 21 (estrutura técnica de várias unidades orgânicas dos serviços municipais); atores locais e regionais envolvidos no sistema alimentar (movimentos como o *Slow Food*, consumidores, comerciantes e produtores locais); consultores “com funções de animação do processo de trabalho, de elaboração de sinopses técnicas de sequência e de apresentação gráfica e de imagem” (CMMN, 2019, p. 1) – destacando-se, neste caso, o Gabinete Oliveira das Neves, mas contando também com centros de investigação académica, entre outros participantes.

A *Estratégia Alimentar* (SMEA) foi organizada através de trabalho “partilhado e participativo” (facto reiteradamente sublinhado), em torno de quatro eixos estruturantes: a) saúde e segurança alimentar; b) consumos, produção e circuitos de comercialização; c) sustentabilidade e gestão de recursos; e d) governança estratégica. Através destes eixos tem-se buscado uma abordagem integrada, articulada com instrumentos estratégicos e de planeamento, como o Plano Diretor Municipal. Tem-se procurado também um contributo para a realização dos pilares da sustentabilidade destacados no documento: desenvolvimento social; desenvolvimento económico local; dimensão ambiental e cidadania (CMMN, 2019, p. 3).

Para compreendermos melhor o contexto que conduziu à elaboração do texto da *Estratégia Alimentar*, encontramos, logo nas páginas iniciais, algumas das preocupações que presidiram à construção da estratégia alimentar:

Na origem do processo fundador considera-se a existência de um património agro-alimentar (produtivo e de consumo) no Concelho que incorpora potencialidades não optimizadas, mas que está ameaçado pela globalização dos sistemas alimentares, a emergência de novos perfis alimentares não sustentáveis e por necessidades de consumo nem sempre suportadas por sistemas de produção alimentar local e/ou ambientalmente responsáveis. [CMMN, 2019, p. 3]

A estratégia alimentar surge, pois, como resposta a um cenário em que são identificadas várias ameaças. Desde a perda da qualidade alimentar à perda de

“património material (*i. e.*, sementes) e imaterial (*i. e.*, boas práticas alimentares e saberes-fazer associados à produção e confeção de alimentos)”, “à falta de disponibilidade de água e/ou perda de qualidade” e à “perda de população”, passando pelos “impactes ambientais de produção intensiva e má gestão de resíduos e excedentes” (CMMN, 2019, p. 4). Face a estas ameaças, o documento sinaliza o que deve ser assegurado: promover uma “alimentação saudável, que seja acessível e generalizada”; “atribuição de ‘valor’ ao que ‘faz bem’ e é de produção local” e à “ligação entre o comer e o fazer”; “reforço de relações e aprendizagens mútuas inter-geracionais em torno da produção agrícola e da alimentação”; “preservação das sementes locais”; valorização da “capacidade produtiva e de retenção de água dos solos do Concelho”; “produção agrícola local com qualidade”; reconhecimento interno e externo dos produtos locais (CMMN, 2019).

Para evitar mal-entendidos relativamente a aspetos que são fundamentais na estratégia alimentar, o documento sistematiza e descreve um conjunto de conceitos fundamentais (a que se chegou no âmbito do projeto SMEA) em torno dos quais se deverá organizar a ação: “comer bem”; “circuitos curtos”; “agroecologia” e “gestão integrada multinível” (CMMN, 2019, p. 5). Será a partir destas noções que se procurará assegurar que os objetivos pretendidos são alcançados e que as ameaças identificadas são enfrentadas.

Para cada eixo estruturante da estratégia alimentar foi definido um mapa de medidas e ações que visam o envolvimento de atores locais e regionais bem como o desenvolvimento de competências específicas. No mapa de medidas constam a transmissão de saberes, as formas de produção e distribuição, o consumo e as novas formas de governança. Neste enquadramento, foram pensadas, para o eixo “Saúde e segurança alimentar”, ações como a renovação do mercado municipal; a criação de uma cozinha comunitária e de um grupo de trabalho que ajude a promover compras públicas de “produtos locais” e “agro-ecológicos”. Para o eixo “Consumos, produção e circuitos de comercialização”, foram definidas ações no âmbito da dinamização do banco de terras local; criação de hortas comunitárias; criação do quiosque de excedentes; Km 0; ação em torno de um produto – a bolota; e ainda um circuito de mercearias. Já para o eixo da “Sustentabilidade e gestão dos recursos” foram equacionadas ações como a criação de um campo prático de aprendizagem; estudos de viabilidade do sistema agroecológico; recuperação de formas tradicionais de produção; criação e gestão de bancos de sementes; promoção de boas práticas do uso do solo e da água; uso de uma carrinha itinerante com um *kit* SMEA (instrumento de divulgação de informação relevante); etc. Por fim, para o eixo “Governança estratégica”, foram consideradas ações como a monitorização SMEA; a negociação e “facilitação” de parcerias alargadas; a rota da *ecoliteracia* e a integração

do SMEA nos instrumentos de gestão territorial e outras estratégias municipais como a Agenda 21 Local (CMMN, 2019, p. 17). Quanto ao modelo de governança do Conselho Geral SMEA (conselho local de alimentação que inclui diferentes grupos e atores), é de referir que este é apresentado como promotor da participação e da partilha, da codecisão e da corresponsabilização, procurando a flexibilidade e a capacidade de acolher ideias que possam ser transformadas em ação. O seu modo de funcionamento foi definido e possui um sistema de decisão e de gestão de dissensos.

O documento *Estratégia Alimentar* evidencia bem o longo trabalho de participação e construção que foi desenvolvido. Apresenta diversas propostas de ação e enfatiza a necessidade de se buscar a articulação de diferentes intervenientes. Retrata um modo criativo, aberto e participado de trabalhar as questões alimentares. Nesta forma “participativa e partilhada” de criar políticas em torno da alimentação está, contudo, a ser gerada uma narrativa em que certas ideias tendem a ser apresentadas como factos consensuais e indiscutíveis, de que tendem a decorrer indesejáveis efeitos que importa discutir. Noções como “comer bem”, a associação da alimentação local à “dieta mediterrânica”, a dinamização das questões alimentares em torno da ideia de cultura e património ou a ênfase na territorialização dos sistemas alimentares, dando excessivo peso ao local, são aspetos a analisar.

#### SIGNIFICADOS DE “COMER BEM”: A ANCORAGEM NA DIETA MEDITERRÂNICA

Enquanto estratégia local de alimentação, a proposta apresentada por Montemor-o-Novo afirma-se desde o início como uma proposta que pretende defender um património agroalimentar ameaçado pela globalização dos sistemas alimentares (CMMN, 2019, p. 3). Face à ameaça detetada, procura-se então promover a produção e o consumo de produtos locais. Para tal, estabelece-se uma definição *local* sobre o que significa “comer bem”, o que na perspetiva da *Estratégia Alimentar* é:

diversificar a alimentação, comer produtos da época/estação, comer preferencialmente biológico, comer o mínimo de produtos processados, comer produtos ricos nutricionalmente, ser esclarecido em relação à alimentação, tentar conhecer o produtor dos seus alimentos e privilegiar o consumo de alimentos dos produtores que conhece. [CMMN, 2019, p. 5]

Como vemos, este é um conjunto de considerações que procura instituir uma noção de referência a partir da qual uma alimentação saudável é pensada no âmbito do grupo de trabalho que conduziu a estratégia alimentar do

concelho de Montemor-o-Novo. Este exercício de categorização permitirá a constituição de um alicerce considerado necessário para o desenvolvimento da estratégia, mas poderá implicar, ao mesmo tempo, a exclusão, em maior ou menor grau, daqueles que não se orientam no quadro do que foi definido como sendo “comer bem”. No texto da *Estratégia Alimentar*, defende-se “uma cultura coletiva local de alimentação adequada e saudável e também inclusiva” (CMMN, 2019, p. 9) e uma “‘alimentação adequada’ nas suas dimensões de segurança e acessibilidade não discriminatória”, mas se olharmos para os limites inscritos no que significa “comer bem” constatamos que a noção não é tão inclusiva quanto aparenta.

Na verdade, a abertura para a inclusão de indivíduos com orientações alimentares distintas, como poderiam ser as correspondentes ao vegetarianismo ou à macrobiótica não são consideradas. Por outro lado, pensar que aqueles que não se alimentam de forma biológica ou que não conhecem os produtores dos alimentos que consomem estão distantes da classificação “comer bem” é uma apreciação discutível. Na verdade, a noção de “cultura alimentar saudável”, reiteradamente referida, é um conceito que mereceria – por si só – discussão. Existirá alguma forma cultural, com referência a uma população, que possa assim ser classificada? Na verdade, o conceito de “alimentação saudável” não é algo que esteja estabelecido de forma definitiva, é um campo que é alvo de disputa por parte de diferentes atores e concepções sobre alimentação, sejam eles nutricionistas ou defensores de orientações alimentares como o vegetarianismo ou a macrobiótica.<sup>16</sup> Apesar do modelo de governança participada e partilhada é possível observar a existência de conceitos relativamente fechados no que respeita a alimentação.

Por outro lado, há na *Estratégia Alimentar* uma ancoragem da “alimentação local” na chamada dieta mediterrânica que merece atenção. Logo no início da *Carta de Compromisso* identifica-se a economia de montado com os hábitos alimentares da dieta mediterrânica e afirma-se que há claras evidências de uma dieta “afiliada à dieta mediterrânica” (CMMN, 2019, p. 79). Na *Estratégia Alimentar*, a dieta mediterrânica surge, na verdade, não apenas como uma dimensão a valorizar, mas também como um pilar em torno do qual se organizam e planificam as questões alimentares. Apresentada como dieta saudável, a dieta mediterrânica é imprescindível na *Estratégia Alimentar* para a identificação de uma cultura alimentar ou de um património agroalimentar. Na verdade, a ampla campanha de promoção deste tipo de dieta – quer porque houve reconhecimento, por parte da UNESCO, de Portugal como um dos países associados à dieta mediterrânica, quer porque a Direção Geral

16 Veja-se, por exemplo, o caso da macrobiótica (Calado, 2015).

de Saúde e os nutricionistas a recomendam (Graça, 2014) – terá conduzido à construção de um discurso sobre a alimentação em que se incorporou a ideia de dieta mediterrânica como dieta a seguir. Não é óbvio, porém, que o que se come localmente corresponda inteiramente à dieta mediterrânica definida pelos nutricionistas.

Na *Estratégia Alimentar* são mencionados certos produtos, como o azeite, o vinho, a bolota, os frutos silvestres ou uma economia de montado, mas estes, por si só, parecem não ser suficientes nem para identificar a alimentação de Montemor-o-Novo como dieta mediterrânica nem mesmo para identificar claramente uma cultura alimentar.<sup>17</sup> A procura de uma associação da dieta mediterrânica a “identidades culturais e produtivas do território” (CMMN, 2019, p. 79) parece resultar sobretudo, e como já foi referido, do trabalho de apropriação e incorporação de certas noções que têm vindo a ser valorizadas num contexto de promoção da dieta mediterrânica, não tendo correspondência necessária no que é descrito na *Estratégia Alimentar*. Tal não significa que o trabalho de organização das questões alimentares, produzido no âmbito de um conselho local de alimentação, não venha a aproximar mais os hábitos alimentares dos montemorenses da dieta mediterrânica padronizada, pois é possível que venha a conseguir-se uma maior identidade entre o que se consome localmente e a dieta mediterrânica, como resultado da incorporação de discursos e de uma ação concertada que acabam por conferir maior expressão a essa dieta.

Os nutricionistas, baseados no estudo de Ancel Keys (1980), ao valorizarem um estilo de vida e um conjunto de produtos alimentares, consumidos em diversos contextos mediterrânicos, destacaram um facto de relevo: a estreita conexão entre a alimentação, o estilo de vida e a saúde. O trabalho realizado por Keys teve o mérito de demonstrar cientificamente essa associação. Por outro lado, teve outro efeito, alimentou a ideia de extensibilidade a todo o Mediterrâneo de uma pesquisa realizada nos finais da década de 1950 em zonas rurais, pobres e frugais de três países mediterrânicos (Grécia, Itália e a antiga Jugoslávia). Provavelmente sem medir completamente o alcance dos resultados a que chegou, Keys terá contribuído para a formação da ideia de existência de uma unidade alimentar nesse amplo, diverso e complexo espaço

17 Cultura alimentar entendida, por exemplo, no sentido que lhe é atribuído por Mabel Gracia (2002: 17): “Conjunto de actividades establecidas por los grupos humanos para obtener del entorno los alimentos que posibilitan su subsistencia, abarcando desde el aprovisionamiento, la producción, la distribución, el almacenamiento, la conservación y la preparación de los alimentos hasta su consumo, e incluyendo todos los aspectos simbólicos y materiales que acompañan las diferentes fases de este proceso.”

sociogeográfico que é o Mediterrâneo, lugar onde o azeite começou a ser usado tardiamente no consumo alimentar quotidiano e onde tanto encontramos a matança do porco e a valorização do vinho a marcar as culturas alimentares, como observamos interdições ao consumo de álcool ou de carne de porco. São, pois, significativas as palavras de Contreras (2013, p. 225) quando diz, a propósito da dieta mediterrânica, que “estamos perante a construção, por parte da ciência da nutrição, de um modelo alimentar que idealiza determinadas qualidades morais, como a frugalidade, ao mesmo tempo que mitifica outros aspetos, como por exemplo o da tradição”. É ainda Contreras (2013, p. 214) que, sobre este assunto, nos diz:

As análises dos historiadores da alimentação (Contreras, Riera e Medina, 2005; Montanari, 2005; Pitte, 2005; Riera, 1996) constataam que, ao longo da história, as dietas seguidas pelos diferentes povos da região mediterrânica são não apenas diversas entre si, como foram registando mudanças notáveis através dos séculos. De facto, a identidade mediterrânica (inclusive em termos alimentares) tem sido uma identidade mutável, um produto da história mais do que da geografia. O Mediterrâneo nunca foi homogêneo do ponto de vista cultural. A “homogeneidade” mediterrânica foi construída em diferentes momentos e por diferentes atores.

Apesar da importância que possamos atribuir a estas palavras, e ainda que seja possível problematizar a ideia de um mesmo padrão alimentar a atravessar o Mediterrâneo, tal não significa que a dieta mediterrânica não se tenha transformado num conjunto bem concreto de orientações e princípios que são adotados por muitos, vivam eles em Creta ou em Nova Iorque. As empenhadas operações de atribuição de sentido e de valorização de que a dieta mediterrânica foi alvo, quer pelas ciências da saúde quer pela via da patrimonialização, transformaram-na numa realidade que extravasa o Mediterrâneo. Independentemente de considerarmos ou não que as sociedades mediterrânicas podem ser descritas como seguindo aquela dieta, os efeitos dessa categorização podem, todavia, ser observados e analisados. A patrimonialização da dieta mediterrânica tem efeitos na restauração, nos processos de valorização de certos produtos e técnicas, e também no turismo (Lucas, 2018). Poderá o reconhecimento da dieta mediterrânica como património cultural imaterial da humanidade contribuir para a construção de lugares de aproximação e de pertença, e assim contribuir para o esbatimento de nacionalismos? Contribuirá o reconhecimento de um bem como pertença da humanidade, assim como a obrigação de o proteger, para um maior humanismo? Esta possibilidade não obsta, porém, a que a dieta mediterrânica não seja o resultado, como foi referido, de um intenso processo de construção social.

Apresentadas estas considerações, há, pois, que sublinhar que também a *Estratégia Alimentar para Montemor-o-Novo* faz um uso da noção de dieta mediterrânica que a evidencia como categoria em contínua elaboração. Sendo uma âncora para a estratégia alimentar, a dieta mediterrânica é também densificada e reelaborada através de um processo de construção de significados e de sentidos. A relação que se estabelece entre esta dieta e a estruturação de *circuitos curtos* de comercialização (CMMN, 2019, p. 78), com a valorização destes circuitos no âmbito da dieta mediterrânica, sugere esse processo. O objetivo geral descrito na *Estratégia Alimentar* de adequação à dieta mediterrânica, com a desejada valorização de saberes e do património alimentar, contribui, assim, não apenas para reafirmar o legado que possa ser associado à dieta mediterrânica, mas também para lhe conferir densidade e conteúdo. A dieta mediterrânica, ao surgir como pilar em torno do qual se estrutura a planificação da alimentação a nível local, revela uma dupla condição: a de ser, simultaneamente, um instrumento de referência reconhecido e uma noção aberta à incorporação de novos significados.

#### A GOVERNANÇA A PARTIR DA ESCALA LOCAL

A *Estratégia Alimentar para Montemor-o-Novo* é, como venho referindo, precursora no contexto português, mas remete, enquanto proposta de estruturação, para a reflexão e experiências sobre a planificação da alimentação nas cidades que têm vindo a ser empreendidas por geógrafos e especialistas do planeamento, entre outros. Conceitos como os de *estratégia alimentar*, *sistema alimentar local*, *alimentação saudável e sustentável*, *circuitos curtos* de comercialização, *governança* e *participação* emergem dessa literatura. São noções que surgem como significativas para se pensar a alimentação nas cidades e que se encontram em conexão com preocupações de grande atualidade como as que se relacionam com as alterações climáticas, a diminuição da pegada ecológica, um menor desperdício alimentar, o estímulo a uma economia circular e a promoção de uma alimentação sustentável e saudável. Nessa literatura sobre planificação, o *local* assume uma importância incontornável, surgindo por vezes como reação a uma indústria alimentar que se descreve de forma negativa. O *local*, e aquilo que esta espacialidade potencia, surge como resposta possível para aproximar cidadãos de questões que são fundamentais nas suas vidas, como a alimentação. A dimensão local traduz, de certo modo, essa esperança evocada por Howard (1902) de reanimação da coletividade e de promoção da coesão territorial. Contudo, importa dizer, neste contexto, que a valorização do *local* suscita também questões, dúvidas e apreensões.

A valorização da escala local conduziu a que alguns autores (Featherstone *et al.*, 2012) desenvolvessem a ideia de que o *localismo* constituía uma atitude política em que o modo de perspetivar a realidade social a reduzia à expressão local. O discurso localista, com o *local* como única fonte segura de cidadania, seria parte de um discurso político defensor de um menor peso do Estado na vida pública. De acordo com Featherstone *et al.* (2012, p. 177), uma agenda agressiva, descentralista, anti-Estado, com cortes no sector público, terá sido alimentada por este tipo de discurso. Tal terá ocorrido com a narrativa política de conservadores-liberais britânicos, como David Cameron, para quem o *localismo*, quer dizer, a crença excessiva nas potencialidades do *local*, terá sido central para conduzir a uma diminuição da ação do Estado. A exaltação de uma cidadania ativa, promovida pelo *localismo*, ter-se-á casado facilmente com a “nebulosa” da *Big Society*, proposta por Cameron. Perspetivado desta forma, o *localismo* surge, pois, como proposta política que terá aberto caminho para a reestruturação e a diminuição do peso do sector público, em conformidade, de resto, com o avanço das políticas neoliberais (Mendes, 2016). Ao promover-se a dimensão local, pode-se colocar, na verdade, Estado e *local* em posições antagónicas, gerando-se algum isolamento e pouca concentração nas articulações necessárias.

No caso da *Estratégia Alimentar para Montemor-o-Novo*, observa-se uma grande ênfase no local (concelho) e na região, mas também algum anseio por uma articulação entre o nível local e formas mais centralizadas de organização. Resta observar como decorrerá o processo que vem sendo experimentado para avaliar a concretização ou não do desejo de “(re)conectar o sistema alimentar com o território” (CMMN, 2019, pp. I-IV). Na verdade, muito embora a escala local corresponda a um universo de maior proximidade e interação, a planificação não pode cingir-se sempre à escala estrita do município. As fronteiras administrativas do concelho nem sempre coincidem com os movimentos associados aos sistemas alimentares locais (Oliveira e Morgado, 2016). Assim, planificar os sistemas alimentares locais de forma a integrá-los noutras escalas parece ser um procedimento relevante, capaz de promover uma planificação mais integrada.

Há ainda a salientar que a conceção do *local* como espaço homogéneo ou como entidade política uniforme que congrega pessoas movidas pelos mesmos anseios, com pouco espaço para o dissenso e a diversidade, pode ser outra armadilha do *localismo* e até do entendimento sobre o que significa “comer bem”, pois há divergências relativamente ao que tal significa que se prendem com diferentes orientações alimentares (Calado, 2015). No sentido de evitar a armadilha do *localismo*, Featherstone *et al.* (2012), inspirados em MacKinnon *et al.* (2011) propõem a noção de *localismo progressista* (*progressive localism*),

um conceito que não recusaria a discussão e o confronto e que poderia produzir narrativas políticas alternativas. Esta estratégia, na qual as conexões do local com o Estado são valorizadas, encontra-se voltada para o exterior, é vista como relacional, como buscando afinidades entre lugares e grupos sociais, estando atenta a processos globais e promovendo negociações entre diferentes níveis. O *localismo progressista* visto deste modo, como forma de articular diferentes contextos geográficos e políticos, poderá, pois, dar resposta a algumas das dificuldades proporcionadas pela ênfase no *local*.

Continuar a acompanhar a experiência de Montemor-o-Novo na criação de um conselho local de alimentação será relevante para observar de que forma estão a ser colocados em ação processos de renovação e reinvenção da participação democrática. O modelo de governança que tem sido procurado, um modelo participativo, partilhado, comprometido, aberto e flexível, de codecisão e corresponsabilização, que procura envolver a população, “evitando desequilíbrios na distribuição e exercício de poderes, sobrecargas e/ou demissões” (CMMN, 2019, p. 20), parece promissor, mas será também muito exigente pelo tempo e disponibilidade que exige para que essa participação seja efetiva. Em todo o caso, será relevante encarar o *local* como não sendo a única fonte segura de cidadania, pois os fluxos de pessoas, de informação e de mercadorias sempre implicam diferentes articulações de nível e de escala. É de acrescentar, de resto, que os conselhos locais de alimentação, enquanto modelo de organização, não emanam totalmente do local, mas correspondem, com múltiplos matizes e *nuances* (os necessários para uma adequação ao contexto), a modelos que já foram imaginados para outros lugares e que podem, com as devidas adaptações, ser replicados. Em Portugal, o apoio que foi dado pela FAO-Portugal para promover formas locais de organização da alimentação pode ser visto como corroborando esta ideia, fazendo-nos pensar num esforço para dar escala a este tipo de experiências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo fundamental apresentar e discutir os conselhos locais de alimentação como formas de estruturação e de planificação das questões alimentares. Começou-se por descrever a experiência destes conselhos a partir de cidades que já se haviam organizado para apresentar este tipo de estrutura, como é o caso de Toronto, para depois se olhar para a experiência portuguesa na concretização de conselhos de alimentação. Pudemos constatar que a estratégia alimentar de Montemor-o-Novo, muito embora seja uma experiência precursora em Portugal, é também uma proposta com afinidades com modelos que já foram colocados em prática noutras cidades,

participando, desta forma, num movimento mais amplo de consideração da alimentação como eixo relevante a partir do qual as cidades podem ser pensadas e governadas. A possibilidade de inserirmos a estratégia alimentar de Montemor-o-Novo no *Pacto de Milão para a Alimentação nas Cidades* (MUFPP, 2015), bem como o facto de os processos participativos promovidos por essa estratégia emanarem, pelo menos parcialmente, de uma agenda das Nações Unidas para as cidades, reforçam a ideia de inserção das estratégias alimentares locais em processos globais. Assim, pensar os conselhos de alimentação criados a partir dessas estratégias como resultando sobretudo da manifestação local da vontade das populações exigirá uma atenção a cada caso particular.

Procurou-se destacar, a partir da *Estratégia Alimentar*, os pilares fundamentais de construção dessa estratégia, discutindo-os. Foram realçados aspectos que se prendem com a governança a partir da escala local e da noção que lhe surge associada de *sistema alimentar local* (produção local, distribuição local, consumo local, sementes locais), sublinhando-se o quanto o *local*, uma das bases fundamentais deste tipo de propostas, pode conduzir ao *localismo*. Foi igualmente salientado o foco que essa estratégia alimentar coloca naquilo que significa “comer bem”, noção aí associada à dieta mediterrânica. Procurou-se mostrar, em contraponto, que a noção de “comer bem” é variável e dependente de diferentes perspetivas sobre a alimentação, e também que pode ser problemático (restritivo e simultaneamente enviesado) identificar a “cultura alimentar” de Montemor-o-Novo com a dieta mediterrânica, pois a dieta mediterrânica tem mais que ver com uma proposta definida por nutricionistas do que com práticas alimentares efetivamente observadas em contextos específicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLAY-PALMER, A. (2009), “The canadian pioneer: the genesis of urban food policy in Toronto”. *International Planning Studies*, 14 (4), pp. 401-416.
- CALADO, V.H. (2015), *A Proposta Macrobiótica de Experiência do Mundo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CALHOUN, C.J. (1980), “Community: toward a variable conceptualization for comparative research”. *Social History*, 5 (1), pp. 105-129.
- CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO [CMMN] (2019), *Estratégia Alimentar para Montemor-o-Novo*, Montemor-o-Novo, Gabinete Oliveira das Neves.
- CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO (2020). Disponível em <http://www.cm-montemor-novo.pt/pt/Paginas/home.aspx>, consultado a 15-01-2020.
- CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO (2021), “Concelho – caracterização socioeconómica”. Website do Concelho de Montemor-o-Novo. Disponível em <https://www.cm-montemor-novo.pt/investidor/caracterizacao-do-concelho/caracterizacao-socio-economica/>, consultado a 11-05-2023.
- COMMITTEE ON WORLD FOOD SECURITY (2014), *Principles for Responsible Investment in Agriculture and Food Systems*. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-au866e.pdf>, consultado a 12-01-2020.
- CONSELHO DE MINISTROS (2018), Resolução n.º 103/2018, de 26 de julho. *Diário da República*, n.º 143/2018, 1.ª série. Disponível em <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/resolucao-conselho-ministros/2018-173785339>, consultado a 14-01-2020.
- CONTRERAS, J. (2013), “Dieta mediterrânica: da necessidade como virtude à virtude como necessidade” In J.L. Santos, I. do Carmo, P. Graça e I. Ribeiro (coords.), *O Futuro da Alimentação: Ambiente, Saúde e Economia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em: <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/o-futuro-da-alimentacao-pdf.aspx>, consultado a 14-01-2020.
- DE ANGELIS, M. (2005), “The political economy of global neoliberal governance”. *Review*, 28 (3), pp. 229-257.
- DELGADO, C. (2018), “Integrating food distribution and food accessibility into municipal planning: achievements and challenges of a Brazilian metropolis, Belo Horizonte”. In Y. Cabannes e C. Marocchino (eds). *Integrating Food into Urban Planning*, Londres e Roma, UCL Press e FAO. Disponível em <http://www.fao.org/3/CA2260EN/ca2260en.pdf>, consultado a 21-07-2021.
- FEATHERSTONE, D., INCE, A., MACKINNON, D., STRAUSS, K., CUMBERS, A. (2012), “Progressive localism and the construction of political alternatives”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 37, pp. 177-182.
- FRIDMAN, J., LENTERS, L. (2013), “Kitchen as food hub: adaptive food systems governance in the City of Toronto”. *Local Environment*, 18 (5), pp. 543-556.
- GRAÇA, P. (2014), “Breve história do conceito de Dieta Mediterrânica numa perspetiva de saúde”. *Factores de Risco*, 31, pp. 20-22.
- GRACIA, M. (coord.) (2002), *Somos lo que comemos*, Barcelona, Ariel Antropología.
- HOWARD, E. (1902) *Garden Cities of To-Morrow*, Londres, Swan Sonnenschein & Co., Ltd.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA [INE] (2022), Caracterização sócio-económica dos municípios. Ficha municipal: Montemor-o-Novo. Retrato Municipal. Disponível em: [https://www.ine.pt/documentos/municipios/0706\\_2022.pdf](https://www.ine.pt/documentos/municipios/0706_2022.pdf), consultado a 11-05-2023.

- KEYS, A. (ed.) (1980), *Seven Countries. A Multivariate Analysis of Death and Coronary Heart Disease*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- LUCAS, J. (2018), “Turismo e restauração aproximam-se de uma certa ideia de dieta mediterrânica”, entrevista conduzida por Ana Cristina Pereira, *Tempo Livre*, 13, pp. 12-13.
- MACKINNON, D., CUMBERS, A., FEATHERSTONE, D., INCE, A., STRAUSS, K. (2011), *Globalisation, Labour Markets and Communities in Contemporary Britain*, York, Joseph Rowntree Foundation.
- MAH, C. L., THANG, H. (2013), “Cultivating food connections: the Toronto food strategy and municipal deliberation on food”. *International Planning Studies*, 18 (1), pp. 96-110.
- MENDES, L. (2016), “A nova reforma da administração do poder local português ou a arte diabólica neoliberal de governar o espaço-capital”. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, 5 (1), pp. 114-142.
- MILAN URBAN FOOD POLICY PACT [MUFPP] (2015), “Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana”, versão portuguesa. Tradução de Pedro Krupenski e João Fernandes. Disponível em [https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/wp-content/uploads/2020/12/Milan-Urban-Food-Policy-Pact-and-Framework-for-Action\\_PORT.pdf](https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/wp-content/uploads/2020/12/Milan-Urban-Food-Policy-Pact-and-Framework-for-Action_PORT.pdf), consultado a 10-05-2020.
- MORGAN, K. (2009), “Feeding the city: the challenge of urban food planning”. *International Planning studies*, 14 (4), pp. 341-348.
- OLIVEIRA, R., MORGADO, M. J. (2016), “Planning the urban food system of the Metropolitan Área of Lisbon. A conceptual framework”. In R. Roggema (ed.), *Agriculture in an Urbanizing Society: Proceedings of the Sixth AESOP Conference on Sustainable Food Planning*, “Finding spaces for productive cities”. Newcastle, Cambridge Scholars Publishing. Disponível em [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24821/1/ICS\\_ROliveira\\_Planning\\_A.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24821/1/ICS_ROliveira_Planning_A.pdf), consultado a 12-01-2022.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU] (1996), *Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação*. Disponível em <https://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>, consultado a 06-05-2023.
- POTHUKUCHI, K., KAUFMAN, J. (2000), “The food system: a stranger to the planning field”. *Journal of the American Planning Association*, 66 (2), pp. 113-123.
- RODRIGUES, A. D. (2013), “A importância da natureza, dos jardins e da arte da jardinagem nas utopias de Morus a Howard”. *E-topia, Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, 14, pp. 1-6. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11674.pdf>, consultado a 11-01-2020.
- SCHIFF, R., LEVKOE, C., WILKINSON, A. (2022), “Food Policy Councils: A 20-Year Scoping Review (1999-2019)”. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, 6 (868995), pp 1-11.

---

Recebido a 11-10-2021. Aceite para publicação a 30-05-2024.

---

CALADO, V.H. (2025), “Estratégias locais de alimentação: a experiência de Montemor-o-Novo”. *Análise Social*, 254, LX (1.º), e21133. <https://doi.org/10.31447/2021133>.

---

Virgínia Henriques Calado » [vmcalado@ics.ulisboa.pt](mailto:vmcalado@ics.ulisboa.pt) » ICS-UL » Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189, Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-5292-2440>.

---